



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

ATA N.º 20

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do edifício da Junta de Freguesia de São João de Ver, sito na Rua da Estação, número quinhentos, teve lugar a vigésima sessão da Assembleia de Freguesia de São João de Ver, convocada ordinariamente em trinta de maio de dois mil e vinte e cinco, presidida pelo Senhor Filipe Luís e Sousa Coelho e secretariada pela Senhora Carina Vanessa de Sá Alves e pelo Senhor Rui Manuel Alves da Silva, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

Primeiro — Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade exercida por si e pela Junta, bem como da situação financeira da Freguesia, após a realização da última Assembleia.

PRESENÇA

Estiveram presentes, pelo Partido Social Democrata (PSD), para além dos membros da Mesa, os Senhores:

- Emanuel Nogueira da Silva;
- Lídia Maria Lima de Oliveira (em substituição);
- Vítor Hugo Sousa Rodrigues;
- Paulo Samuel Ferreira Pinto;
- Maria Filomena Amorim Silva Petiz (em substituição);
- João Filipe Correia de Oliveira.

Pelo Partido Socialista (PS), os Senhores:

- Filipe José Ferreira de Oliveira e Silva;
- Maria José Vilar Cardoso (em substituição);
- José Manuel Oliveira de Sousa;
- Maria Ângela da Costa Pinto.

Faltas: verificou-se a falta, por parte do PSD, dos Senhores Sílvia Pinto Bernardes e Andreia Patrícia Azevedo Almeida; e, por parte do PS, de Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu. Todos se fizeram representar.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão, saudando e agradecendo a presença de todos.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

Seguidamente, informou que os membros Sílvia Pinto Bernardes e Andreia Patrícia Azevedo Almeida, do PSD, e Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu, do PS, comunicaram que não poderiam estar presentes nesta Assembleia, delegando as suas substituições nos membros Lúcia Maria Lima de Oliveira, Maria Filomena Amorim Silva Petiz e Maria José Vilar Cardoso, respetivamente. Todas as faltas foram justificadas.

Procedeu-se, de seguida, à aprovação da ata número dezanove, datada de vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco. Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Inscreveram-se para usar da palavra os Senhores Luís Santos e João Costa.

Interveio o Senhor Luís Santos, que, depois de cumprimentar os presentes, apresentou as seguintes questões:

Primeira — Houve dois pareceres da CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) inerentes aos processos números seiscentos e sessenta e dois, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e quatro, e mil e oitenta e três, de onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro (número três). Em ambos os pareceres, na conclusão, consta que deverá ser cumprido o direito de acesso aos documentos nos termos expostos. Até à presente data, o Senhor Presidente não facilitou esses documentos nem deu prova de vontade de os facultar ou enviar. Perguntou se vai continuar a não dar cumprimento a estes pareceres da CADA e solicitou que ficasse em ata que foram feitas essas questões e que o Senhor Presidente delas desse conta.

Segunda — Sobre a aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias de três lugares, à empresa OCC, Lda.: perguntou qual a viatura, se foi aquisição direta por ajuste direto, se é nova ou usada, e qual o propósito.

Terceira — Sobre ajustes diretos: referiu um ajuste direto no valor de dezanove mil novecentos e cinquenta euros a Sérgio Borges Ferreira e questionou se se trata de empresa, recibos verdes, e quais os serviços prestados. Perguntou ainda pela adjudicação, por ajuste direto, das Festas Sanjoaninas do ano passado à empresa Caminho de Aplausos, no valor de dezoito mil setecentos e vinte euros, pedindo a devida discriminação de valores e a parte que coube à Junta e à Paróquia, bem como se existe orçamento previsto para o corrente ano.

Quarta — Questionou o Senhor Presidente sobre ter prestado declarações no Ministério Público, pedindo que esclarecesse o âmbito das mesmas e se respeitam à gestão corrente da Junta de Freguesia.

Interveio o Senhor João Costa, que, depois de cumprimentar os presentes, agradeceu à Junta de Freguesia a cedência de espaço para a realização de um evento interpartidário em vinte e quatro de maio, saudando a iniciativa por trazer debate democrático à Freguesia. Formulou, depois, as seguintes questões:



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

Primeira — Parque de estacionamento na Escola da Fonte Seca: havia sido referida a retomada das obras no início do corrente ano, mas, estando-se em junho, pouco se avançou desde a remoção de algumas árvores. Perguntou se existe nova previsão e se há algum entrave que possa ser partilhado com a população.

Segunda — Complexo Desportivo do Ervedal: foi anunciado no ano anterior, pelo Presidente da Câmara Municipal, na apresentação das equipas do Sporting Clube de São João de Ver, que as obras teriam início em janeiro de dois mil e vinte e cinco. Não tendo sido iniciadas, perguntou em que ponto está o processo e se existe nova data prevista para o início.

Terceira — Atas de Assembleias: referiu que não encontrou no site da Junta várias atas do ano passado. Perguntou se existe algum motivo, dificuldade ou impossibilidade que explique a falta de publicação. Sublinhou que a divulgação desta Assembleia nas redes sociais foi feita no próprio dia, o que considerou insuficiente para promover a participação cívica, defendendo que a transparência e a informação devem ser rotina e não exceção.

Apresentou ainda a ideia de criar um evento em São João de Ver, aberto a todos — membros da Assembleia, representantes de associações e cidadãos —, sem formalismos, para ouvir ideias e propostas sobre a Freguesia (por exemplo, criação de um passeio ligando o Pinhal do Conde ao centro da Freguesia; acesso gratuito ao desporto para crianças via clubes e associações; modernização de serviços da Junta; transmissão online das Assembleias).

Antes de dar a palavra ao Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção para o facto de a gravação das Assembleias não ter sido aprovada para o público, pelo que quem o faça estará a agir ilegalmente. Quanto às atas referidas por João Costa, informou que, do seu conhecimento, apenas as números dezoito e dezanove se encontram por publicar, comprometendo-se a averiguar. Relativamente à divulgação da sessão, referiu que a publicação foi feita no jornal de tiragem, com oito dias de antecedência.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que, depois de cumprimentar os presentes, respondeu ao Senhor Luís Santos, afirmando que apenas responderá a pessoas de São João de Ver interessadas pela Freguesia e que, caso na próxima Assembleia alguém da Freguesia apresente as mesmas questões, terá todo o gosto em responder.

Quanto à intervenção do Senhor João Costa, disse:

— Relativamente ao parque de estacionamento da Escola da Fonte Seca, foi opção executar a obra no final do ano letivo, para evitar perturbações, uma vez que os carros já começaram a estacionar no local.

— Quanto ao Complexo Desportivo do Ervedal, já referido em Assembleia anterior, a obra não se iniciou em janeiro para se aproveitar uma medida da Câmara Municipal que prevê apoios a determinadas valências. Após reunião com o Presidente do Clube, prevê-se o início da obra no final de junho ou início de julho.

Agradeceu as sugestões do Senhor João Costa, considerando-as bem-vindas.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

2.ºS INTERVENÇÕES

Interveio o Senhor Luís Santos, afirmando: o Regimento não exclui a intervenção de cidadãos não residentes para colocação de questões. Manifestou desagrado pela falta de respostas do Senhor Presidente e questionou os membros da Assembleia se não gostariam de saber se o Senhor Presidente da Junta esteve no Ministério Público a prestar declarações e se as mesmas dizem respeito à Freguesia. Referiu ainda uma fotografia da apresentação do Senhor Presidente da Junta, em que se vê Sérgio Borges Ferreira, destinatário de um ajuste direto, e Pedro Ferreira, da empresa que realizou espetáculos, deixando o tema à consideração dos presentes.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que o Regimento não proíbe a intervenção, mas salientou que as respostas são da exclusiva responsabilidade do Executivo.

Interveio o Senhor João Costa, agradecendo as respostas:

— Considerou acertada a execução do parque de estacionamento da Escola da Fonte Seca no final do ano letivo, para não prejudicar as crianças.

— Reiterou o interesse em saber a data prevista para o início das obras no Ervedal.

— Sobre as atas, questionou novamente a razão da não publicação. Informou não as ter encontrado no site da Junta e solicitou informação sobre onde estão publicadas, se for o caso, e, se existir algum entrave burocrático, o respetivo esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a ata número dezanove foi aprovada na última Assembleia e assinada no próprio dia, garantindo que tomará providências para publicação das atas em falta.

O Senhor Presidente da Junta afirmou que a democracia confere a liberdade de responder quando se entende que se deve responder. Reiterou que não responde a cidadão que não pertence à Freguesia, convidando, contudo, o Senhor Luís Santos a vir viver para São João de Ver, caso em que terá todas as respostas.

Período de antes da ordem do dia

Neste período inscreveram-se para usar da palavra, os membros da AF **Srs. Filipe Oliveira, João Oliveira, Emanuel Silva e José Manuel.**

Interveio o Senhor Filipe Oliveira, que, depois de cumprimentar os presentes, disse:

— “Quanto às Festas Sanjoaninas, independentemente do passado, sugeriu que, terminadas as festas, a Junta apresente na próxima Assembleia a discriminação de despesas e receitas, clarificando o que coube à Junta e à Paróquia, por forma a eliminar dúvidas.

— Agradeceu a limpeza do Complexo Desportivo do Ervedal, realizada poucos dias após o seu email, e salientou as queixas que têm sido recebidas.

— Chamou a atenção para a necessidade de reforço da limpeza na Freguesia, referindo haver locais intransitáveis. Alertou para a utilização de herbicidas, visível pela faixa de erva seca junto aos arruamentos, sublinhando o risco de incêndio e lembrando focos recentes na Rua Papa Francisco,



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

Rua de Paçô e em Beire. Enfatizou ainda a importância da limpeza de linhas de água, sobretudo em zonas críticas como a Silveirinha, para prevenir problemas em situações de chuvas intensas.”

Intervenção do Sr. João Oliveira, começando por dizer: “Gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e nele todos os demais aqui presentes.

Permitam-me começar com serenidade e um apelo simples: que me seja garantido o mesmo tempo e respeito que foi concedido a outros — inclusive a quem aqui usou esta tribuna para ataques pessoais, para falar de famílias e de ratos, para apelidar colegas de “repugnantes” ou para ler despachos judiciais durante mais de meia hora, sem qualquer interrupção.

Não peço privilégio. Peço apenas equidade. Que me seja permitido, como aos demais, exprimir-me com liberdade.

Não trago insultos. Trago apenas o que me disseram que devia trazer: factos, acontecimentos e verdade.

Faço-o com ponderação. Porque, em plena sessão, nem sempre é possível absorver tudo. Foi apenas ao reler a Ata da última Assembleia que percebi o peso de certas palavras. E confesso: magoaram-me.

Um cidadão interveio — num tom aparentemente espontâneo, mas que me pareceu alinhado com a estratégia de alguns — e repetiu a velha narrativa de que a minha conduta seria motivada por uma questão pessoal.

Falou em “caça ao homem”, num alegado conflito entre “dois homens” que contaminaria a política local — como se tudo se resumisse a um desentendimento pessoal.

Isso diz muito sobre o êxito dessa estratégia: transformar a exigência de transparência numa obsessão, o escrutínio num ataque pessoal, o mensageiro no problema — para que ninguém olhe para a mensagem.

Foi isso que tentaram fazer comigo. Quando não conseguiram atacar o que eu dizia, atacaram quem eu sou.

Criou-se uma história. Uma narrativa. Uma ideia repetida até à exaustão de que tudo o que eu fazia era motivado por ressentimento pessoal. Uma narrativa que tentou reduzir o meu escrutínio a um mero conflito pessoal — como se a exigência de transparência fosse uma obsessão.

Mas essa narrativa não parou por aí. Chegou ao extremo de uma queixa-crime, amplamente publicitada, usada como arma política.

E para que percebam o seu conteúdo, a queixa alegava o seguinte:

- Primeiro, alegava-se que eu teria exercido coação com base numas fotografias íntimas — que os próprios admitem não existirem e seriam uma mera invenção;
- Em seguida, sugere-se que eu, por deter “competências informáticas”, até poderia tê-las fabricado;
- Mais tarde, admite-se a existência de uma alegada “fotografia de casal”. E sugere-se que outras mais poderiam existir;
- Para sustentar a minha eventual ligação a esse conteúdo, alegam uma proximidade pessoal (mesmo alegando ao mesmo tempo coação), e que por tanto eu poderia ter tido acesso indevido ao telemóvel de outrem;
- Já numa fase posterior, a referência passou a ser de umas fotos provenientes de um alegado perfil em sites de encontros.

Um enredo absurdo e mutável. Uma novela sem coerência, construída com suposições, medos e insinuações, sem qualquer indício, sem qualquer prova — e sustentada em mensagens distorcidas.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

Essa queixa, acabou por ser retirada pelo próprio.

Mas para que dúvidas não restem — veja-se o que diz o Ministério Público no seu arquivamento, e passo a ler:

“Compulsado o teor das conversas mantidas constata-se que se tratam sobretudo de conversas com um cariz “político – partidário”, nas quais sobressai a insatisfação e a mágoa de João Oliveira perante algumas decisões políticas tomadas por Nuno Albergaria.

Em nenhum momento, no decurso das referidas conversas, é feita referência à existência de fotografias de natureza íntima do denunciante, é proferida ameaça ou chantagem, nos termos que vêm denunciadas.

Não resultam quaisquer indícios credíveis ou suficientes que permitam imputar a João Oliveira os factos cuja prática é referida na denúncia.”

Mais claro, não poderia ser.

E irei tornar público o processo – que já tenho em minha posse – para que todos possam avaliar por si próprios.

Porque nunca se tratou de justiça. Tratava-se de intimidação. Tratava-se de me quebrar pelo desgaste. Tratava-se de me fazer tremer. De me fazer recuar.

Mas não tremi, nem recuei.

E se hoje trago este assunto, não é por ressentimento. É por consciência. Porque não se pode fingir que nada aconteceu nesta assembleia. Esta história não pode pairar eternamente sobre mim como uma nuvem de suspeição.

Judicialmente, já me libertei dela.

Publicamente, preciso de dizer com clareza e olhos nos olhos:

- Se hoje, amanhã, ou no futuro, surgirem imagens ou qualquer conteúdo íntimo ligado a alguém aqui presente — declaro, de forma inequívoca, que **não tenho qualquer envolvimento**, direto ou indireto, na sua divulgação.
- Repito: **nada terei a ver com isso.**

E se... E quando esse dia chegar, quem voltar a ousar ligar o meu nome a essa devassa, terá da minha parte resposta firme e imediata nos tribunais.

Aliás — e digo-o com toda a seriedade — quem opta por se expor publicamente em contextos de risco, **não pode imputar a terceiros a responsabilidade pelas consequências dessa exposição.**

Não quero destruir ninguém.

Mas — permitam-me dizê-lo com franqueza — a destruição **política**, essa sim, é legítima quando se baseia na verdade, na coerência e no combate ao que está mal.”

Interrompeu o **Sr. Presidente da Assembleia** para dizer ao Sr. João Oliveira que terminasse a sua intervenção, dado que estava a desviar-se do assunto em discussão.

Para o efeito fez saber que ao abrigo do Regimento da Assembleia de Freguesia, o tratamento de assuntos de interesse é concedido no período de antes da ordem do dia. E eu não estou a ver ainda nenhum interesse para a Freguesia, daquilo que o Sr. João disse. Mas, termine então se faz favor.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

Retomou a sua intervenção o **Sr. João Oliveira**:

“Permitam-me, para terminar, deixar apenas uma reflexão final — que não é um ajuste de contas, mas apenas um registo de consciência para memória futura.

Fui eleito pelo Partido Social Democrata — o mesmo partido que governa esta Junta de Freguesia. Decidi denunciar aquilo que considero ser grave e contrário ao interesse público. Não o fiz por conveniência, nem por cálculo político, mas por convicção. Sabia que essa escolha teria custos — e teve.

Mas nunca foi uma questão de estar só ou acompanhado. Foi — e continua a ser — uma questão de consciência. Porque, por vezes, o desconforto da verdade pesa mais do que a facilidade do silêncio. E, no meio desse silêncio, notei também a ausência de outras vozes. De alguns, esperava mais. Esperava clareza. Esperava compromisso. Sem medos ou hesitações. Mas optaram por ficar à margem, como quem aguarda que a maré mude sozinha, sem se molhar. Preferiram não se desgastar. Não dizer sim, nem não. Esperam que, um dia, o escândalo se imponha por si — e talvez aí perspetivam recolher os louros do que nunca ousaram manifestar-se.

Mas o tempo não vai esperar por eles. E até lá, até que a verdade seja plenamente conhecida, o que ficará aos olhos do povo são os seus ziguezagues e a sua cumplicidade quer por inação; quer por omissão. Quem cala, consente — e muitos já consentiram demais. No fim, não será preciso nenhum escândalo para que sofram as consequências. Já estão a ser devorados pelo caminho e pela neutralidade que escolheram.

Essa tibieza, dissimulada de prudência, revelar-se-á um erro político profundo. E, para muitos, o custo dessa escolha já não será evitável.

Não me vão silenciar naquilo que considero errado. Continuarei, com a mesma determinação a cumprir aquilo para que fui eleito: fiscalizar, propor, alertar, construir.

Como disse na anterior assembleia: nunca estive tão só. Mas também nunca estive tão pleno como estou hoje.

O que me move não são falsas questões pessoais. O que me move é o meu sentido de dever.

O que me move é o combate à corrupção em São João de Ver — um combate que, hoje mais do que nunca, não pode parar.

Não pode abrandar.

E, sobretudo, não pode desmoronar.

Tenho dito.”

Intervenção do Senhor Emanuel Silva, que, depois de cumprimentar os presentes, afirmou:

— “Concordar com a necessidade de intervenção nos balneários do Ervedal, atendendo ao fim da época desportiva.

— Solicitou previsão para a conclusão das obras no Largo das Airas.”

Intervenção do Senhor José Manuel, que, depois de cumprimentar os presentes, afirmou:

— “Ter trazido a filha à Assembleia como forma de participação cívica.

Volto de novo a um tema que já fiz referência numa das últimas AF, tentando contribuir de uma forma humilde e independente, para aquilo que considero ser o maior desafio para S. João de Ver, nas próximas décadas. A comunidade de S. João de Ver, e em particular os seus atores políticos, têm em mãos uma das decisões mais importantes para redefinir o papel de S. João de Ver no Concelho e nas terras de Santa Maria. Requalificar ou criar uma nova centralidade na/e para a freguesia.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

No plano teórico, a requalificação do centro, refere-se ao processo de transformar uma área urbana para melhorar a sua funcionalidade, a sua estética e a sua viabilidade económica. Diferente de uma simples reforma, a requalificação considera aspetos mais amplos como a sustentabilidade, a acessibilidade e a integração social. Esta concentra-se em modificar o caráter de uma área para atender às necessidades emergentes da população e à dinâmica urbana moderna.

Este processo geralmente envolve a colaboração de vários públicos, incluindo autarquias, cidadãos e organizações não governamentais. Através da requalificação, busca-se não apenas melhorar a infraestrutura física, mas também fortalecer a comunidade local e o tecido social, tornando as áreas urbanas mais atrativas para morar, trabalhar e visitar.

S. João de Ver, pela sua dimensão e localização geográfica, dispõe de um enorme potencial de desenvolvimento, diferenciando-se de quase todas as freguesias do concelho de Santa Maria da Feira, no entanto organiza-se com um problema de ligação e interação das várias geografias com o centro da freguesia. Dispomos na periferia, de zonas industriais que se desenvolvem sem uma ligação ao centro da freguesia e aos serviços que esta presta, tornando-se mais fácil e cómodo sair para as freguesias vizinhas e fronteiriças. O mesmo se passa nas zonas habitacionais, que aumentaram significativamente o número de habitantes da freguesia. Estes conjuntos habitacionais assumem-se como zonas de dormitórios de freguesias e concelhos vizinhos, sem que os seus habitantes se integrem no tecido social de S. João de Ver.

Por tudo isto, considero que a requalificação do centro da freguesia, deverá criar uma oportunidade de centralidade para S. João de Ver. Devemos ambicionar um estatuto de freguesia chave para os desafios de desenvolvimento do concelho.

A construção da linha de alta velocidade anunciada para Portugal, e mais concretamente a estação a construir na zona de Maceda, criará também para S. João de Ver uma oportunidade de abertura das portas da Europa através das ligações de alta velocidade.

O centro empresarial do Lusopark e o próprio centro de congressos Europarque, terão necessidade de promover uma ligação rápida e permanente a esta linha do TGV. Os investimentos empresariais anunciados para esta zona, tendem a valorizar novas formas de mobilidade de pessoas, pressionando as infraestruturas necessárias para o efeito. Esta nova mobilidade de pessoas e mercadorias promovida por estes dois centros de cultura e negócios, criarão nos territórios envolventes, oportunidades permanentes de desenvolvimento. S. João de Ver deve estar preparado para estar na linha da frente destas oportunidades.

Se considerarmos que esta ligação à linha de TGV a criar entre zona envolvente do Lusopark/Europarque e a referida estação, aumentará o seu potencial sendo estendida à linha do Vouga, S. João de Ver assume-se como a melhor freguesia para o fazer. Podemos então pensar que o centro de S. João de Ver pode ser desenvolvido como uma interface multimodal, ou seja, num espaço de conectividade que proporcionará experiências e serviços de qualidade. Um local que combina, além de várias opções de mobilidade, diferentes atividades e espaços de estadia, lazer ou comércio, atraindo assim novas comunidades. Será mais do que um lugar de passagem, do que um local de transbordo entre modos de transporte, será um espaço de interação acessível a todas as pessoas, tornando-se assim num lugar com vida, agradável, seguro e sustentável. Neste futuro da mobilidade urbana estão também territórios mais habitáveis, mais limpos e mais conectados, centrados na qualidade de vida das pessoas.

Deste modo S. João de Ver, estará preparado para atrair investimento, seja ele empresarial, habitacional e/ou cultural. O centro da freguesia poderá ser transformado numa incubadora de projetos empresariais – de apoio às indústrias e serviços entretanto sediados nas várias zonas industriais, de projetos sociais – de suporte à necessidade das famílias, entretanto a trabalhar e habitar na freguesia, de projetos culturais tendo em conta as necessidades e identidade de S. João de Ver.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

Se considero que este caminho pode e deve ser percorrido, que este lugar deve ser pensado e reclamado, possibilitando uma oportunidade de integrar e reunir os vários interesses, sejam eles públicos ou privados, considero que não devemos hipotecar este possível futuro, com decisões, ou não-decisões do presente.

Se por um lado, já se limitou uma parte do centro da freguesia com a autorização de plantações de kiwis, uma decisão em minha opinião muito pouco estratégica e visionária para S. João de Ver, estaremos em via de hipotecar parte do restante potencial. A instalação da central fotovoltaica entretanto anunciada para o mato do conde, terá um impacto muito negativo nesta dinâmica de desenvolvimento do centro da freguesia. Será muito mais difícil, diria mesmo quase impossível desenvolver uma zona de atração de investimento, tendo como horizonte uma encosta coberta por painéis fotovoltaicos. Por isso, todos, devemos fazer tudo o que esteja ao nosso alcance, para evitar a edificação deste projeto no centro de S. João de Ver. O poder político, se partilha da mesma preocupação, deve ser claro na mensagem que promove na opinião pública, devendo também liderar o processo de reclamação, com vista ao impedimento da construção da referida central.

Desta forma pretendo chamar atenção, para aquilo que considero de maior importância. A requalificação do centro da freguesia não deve ser vista como um mero item da propaganda ou uma mera promessa em tempo de eleições.

Um futuro mais sustentável e equilibrado para a freguesia, exige e implica, ver o poder não como o privilégio de decidir, mas como a capacidade de convocar, escutar e mobilizar recursos e vontades com o propósito do bem comum.”

RESPOSTAS DO EXECUTIVO

O Senhor Presidente da Junta:

— Agradeceu as sugestões e alertas, esclarecendo que não exigirá mais esforço aos funcionários da Junta, embora reconheça que existem zonas com necessidade de intervenção.

— Relativamente às Festas Sanjoaninas, referiu que os gastos habituais rondam os setenta mil euros e manifestou disponibilidade para apresentar, de forma discriminada, despesas e receitas, esclarecendo que a Paróquia assegura a parte religiosa (incluindo dois artistas) e a Junta a parte civil (como GNR e Bombeiros).

- Relativamente à observação de José Manuel sobre a estação de alta velocidade, disse entender que a estação prevista será em Travanca e que não se tratará de estação TGV, mas de serviço Alfa/Intercidades, passando o TGV sem paragem. Quanto ao parque fotovoltaico, informou que o processo não está licenciado e se encontra em tribunal, por ação intentada pela empresa contra a Câmara Municipal.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

2.ºS INTERVENÇÕES

Interveio o **Sr. Filipe Oliveira**, disse: “só para ficar bem claro eu não disse que os trabalhadores da Junta não trabalhavam. Eu disse é que poderiam ser invocados dois ou três dias naquela mãe para fazer um determinado serviço.”

Interveio o **Sr. João Oliveira**, disse: “Permitam-me agora olhar para o futuro. Porque, apesar das divergências, continuo a acreditar na política como uma causa nobre. Acredito que fomos eleitos para servir e transformar. Para, em última instância, mudar a vida das pessoas.

E mudar vidas não é apenas responder a pedidos pontuais ou fazer pequenas obras. É ter ambição. É pensar a vila com visão, com futuro. Um lugar onde os jovens queiram ficar, as famílias tenham qualidade de vida e os mais velhos vivam com dignidade.

Reconheço, com justiça, que houve progresso nestes quase oito anos: alcatroamentos, requalificação de ringues, novos parques e eventos de qualidade como as Festas Sanjoaninas. Pequenas melhorias visíveis no dia a dia.

Mas falta-nos um salto. Um salto de modernidade e de ambição coletiva.

Continuamos sem balneários condignos no estádio do Ervedal. Continuamos sem uma sala de espetáculos à altura da vitalidade cultural de São João de Ver.

Na mobilidade e segurança pedonal, estamos ainda longe do desejável. É preciso continuar a investir em passeios seguros e acessíveis.

E o centro da vila — com o devido respeito — está velho, desorganizado e perigoso. Os acidentes falam por si. A sua requalificação é urgente e deve envolver toda a população, não apenas alguns.

Também faltam espaços verdes de qualidade. Por isso, saúdo o projeto do parque junto ao estádio — ainda que pouco se conheça sobre ele.

A limpeza das vias e o controlo das ervas continuam um problema. Recebi relatos de que a Junta continua a usar herbicidas. Discordo. São prejudiciais à saúde, aos animais e ao ambiente. E, sejamos claros: não existem herbicidas biológicos. Isso seria como falar num “veneno curativo”.

Aliás, este problema não se resolve com inteligência artificial — resolve-se com trabalho operacional mais eficiente, bons passeios, ruas bem alcatroadas, valetas cimentadas. Como se fazia no mandato anterior, e que agora parece ter sido esquecido.

E já agora: a política não é lugar para moralismos fáceis. Nem esta Assembleia é palco para propaganda partidária mascarada de superioridade. Na última sessão, ouvimos alguém dissertar sobre inteligência artificial como se fosse especialista — mas ficou claro que não era. E falo com propriedade, porque esta é a minha área profissional.

A política não é um palco para vaidades. É, ou devia ser, um espaço para servir.

Espero, sinceramente, que possamos elevar o debate. Focar-nos no essencial. E, sobretudo, construir juntos. Porque São João de Ver merece mais. Mais ambição. Mais visão. Mais coragem para fazer diferente.

E é isso que também me move.

Por fim, uma questão objetiva: junto à rotunda do ciclista, está em curso a construção ou requalificação de uma casa. Os proprietários barraram o caminho público entre a Rua de S. Bento e a Rua das Caniças. Isso é legal? A Junta tem conhecimento? Já atuou, ou pondera atuar?

O Senhor **Emanuel Silva** teceu comentários políticos, referindo ambições e estilos de intervenção.

O Senhor **José Manuel** insistiu na necessidade de modernizar o centro da Freguesia e rejeitou leituras moralistas das intervenções, apelando a uma visão coletiva do futuro.

O Senhor Presidente da Junta respondeu:



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

- Quanto às pavimentações, foram realizadas pela Câmara Municipal, tendo a Junta intervindo em tarefas de limpeza da via pública.
- Quanto às paragens de autocarro, reconheceu a existência de problemas (locais apenas com poste e sem resguardo) e informou que a Câmara Municipal prevê, até ao final do ano, substituir paragens devolutas e colocar novas onde possível. As questões das passadeiras na Estrada Nacional estão sinalizadas junto das Infraestruturas de Portugal. Sublinhou a necessidade de análise e fiscalização da mobilidade pedonal.
- Quanto à obra junto à rotunda do ciclista, informou que foi solicitada autorização de ocupação da via pública à Junta e à Câmara Municipal, tendo sido aprovada.

Seguidamente passou-se ao período da ordem de trabalhos

1- Apreciação da informação do Presidente de Junta acerca da atividade exercida por si e pela Junta, bem como da situação financeira da Freguesia, após a realização da última Assembleia.

Usou da palavra o **Sr. Presidente de Junta**, enumerando as várias atividades exercidas pela Junta de Freguesia, desde a realização da última Assembleia, realizada no mês de abril de 2025:

- Foram retomadas as obras da Lavandeira;
- Construámos o parque infantil da Vila Areal;
- Pavimentamos pequenas Ruas como a Vila dos dezasetes;
- A travessa das Austrálias;
- A Rua das Flores, com construção de águas pluviais;
- Travessa de Cavaleiros;
- Fizemos pequenas fresagens com pavimentação na Avenida Suil;
- Travessa da Suil;
- Rua Eça de Queiros;
- Rua do Rio Novo e na;
- Avenida Nova.
- Aumentamos a oferta de aulas de fitness, no pavilhão oferecemos uma lembrança às crianças das Escolas EB1 e Prés

Apoiamos em diversas atividades e que foram bastantes das nossas Associações. Iniciamos as montagens das festas Sanjoaninas. Eu lembro a última Assembleia foi há um mês e 15 dias, portanto, não foi há muito tempo.

Por último posso dizer que compramos uma nova carrinha de três lugares, à empresa OCC.

Passando à análise da situação financeira da Freguesia, interveio o Sr. Tesoureiro, Renato Faria.

O Senhor Tesoureiro, Renato Faria, informou o seguinte, relativamente ao período de um de janeiro a trinta e um de maio de dois mil e vinte e cinco:

- Despesas totais: duzentos e trinta e sete mil seiscentos e treze euros e quarenta e dois cêntimos;
- despesas correntes: cento e sessenta e um mil quatrocentos e trinta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos;
- despesas de capital: setenta e seis mil cento e setenta e oito euros e dezoito cêntimos;



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

- Receitas totais: duzentos e quarenta e dois mil novecentos e quinze euros e setenta e três cêntimos; receitas correntes: cento e setenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos; receitas de capital: sessenta e três mil quatrocentos e sessenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos;
- Saldo da gerência anterior: três mil novecentos e quarenta e sete euros e setenta e três cêntimos;
- Saldo a trinta e um de maio de dois mil e vinte e cinco: nove mil duzentos e cinquenta euros e quatro cêntimos.

2.ªs. INTERVENÇÕES:

Intervio o Senhor João Oliveira, que perguntou:

- O desdobramento da rubrica “venda de bens e serviços correntes”, no valor de nove mil quinhentos e sessenta e cinco euros e cinquenta cêntimos;
- O destino da carrinha anterior, face à aquisição de uma nova por quinze mil euros, acrescido de IVA, à OCC;
- Se eventuais receitas das Festas Sanjoaninas já se encontram refletidas no documento e em que rubricas;
- Em que rubricas foram registadas as pavimentações, no caso de terem sido realizadas pela Junta.

Intervio o Senhor José Manuel, que chamou a atenção para o modelo de paragens de transportes públicos recentemente colocado na Freguesia, referindo a existência de locais pouco recomendáveis por ausência de passeios, proteções e passadeiras, incluindo na Estrada Nacional, defendendo que cabe ao poder político garantir o interesse dos utilizadores.

Intervio o Senhor Tesoureiro, Renato Faria, respondendo ao Senhor João Oliveira:

- A rubrica “venda de bens e serviços correntes”, no valor apurado até trinta e um de maio, corresponde a receitas do ringue (valor residual), dos cemitérios (parte dos funerais, entre outros) e das participações das “barracas” das Festas Sanjoaninas pagas pelas associações.
- As receitas das Festas relacionadas com as barracas estão precisamente nessa rubrica.
- Na rubrica “rendimentos de propriedades — privados” consta o valor de seis mil duzentos e cinquenta euros.
- Quanto ao destino da carrinha anterior, permanecerá na posse da Junta.
- A rubrica “venda de bens de investimento”, no valor de cento e vinte e cinco euros, respeita ao pagamento final de uma ossária cujo adiantamento havia sido efetuado no ano anterior.

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que as pavimentações foram realizadas pela Câmara Municipal.

Relativamente às paragens de autocarro, reiterou a identificação de problemas e informou que a Câmara Municipal prevê, até ao final do ano, substituir as paragens devolutas e colocar novas onde possível. Quanto às passadeiras, a situação está sinalizada junto das Infraestruturas de Portugal.



Assembleia de Freguesia de S. João de Ver

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Junta convidou todos a estarem presentes nas Festas Sanjoaninas, momento importante para a Freguesia, e informou que será feito convite às Associações e aos membros da Assembleia para, no dia trinta de junho, estarem presentes na sessão solene de elevação de São João de Ver a vila.

O Senhor Presidente da Assembleia associou-se aos votos de boas Festas Sanjoaninas e desejou boas férias aos presentes que se ausentarão até à próxima Assembleia.

Seguidamente, a Senhora Primeira Secretária, Carina Vanessa de Sá Alves, procedeu à leitura da minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e duas horas, o Senhor Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

Presidente

Filipe Luís e Sousa Coelho

1ª Secretária

Carina Vanessa de Sá Alves

2ª Secretário

Rui Manuel Alves da Silva